
MEMÓRIA, HISTÓRIA VISTA DE BAIXO E HISTÓRIA ORAL: UMA RELAÇÃO

Juliana Barros Mendonça

Mestranda em História –PPGH/UFPB

e-mail:jullydebruno@hotmail.com

Memória. Eis um termo que vem modificando sobremaneira os estudos e interesses de pesquisa dos historiadores atualmente. Muitas são as palavras que compõem o campo semântico dos estudos a respeito da memória: lembrar, recordar, memorizar, armazenar... Mas quais são as relação entre a memória e a história? Seriam elas completamente opostas? É possível identificar pontos de convergência ou divergência entre ambas?

Por vezes a ideia primordial que nos remete o termo memória faz menção à capacidade que o ser humano possui de reter/armazenar informações no sentido de que

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ela representa como passadas (LE GOFF, 1996, p.423).

Através dessa perspectiva pode-se conceber a memória sob o ponto de vista de fisiológico e psicológico. O primeiro convencionou-se chamar de memória hábito. Ao segundo, por sua vez, remetem as lembranças e recordações mais íntimas do ser humano, lembranças essas que compõem a sua história de vida e que se relacionam com sua convivência coletiva.

Com base naquilo que Henri Bergson (1959) denomina memória-hábito estão tarefas cotidianas, muitas delas aprendidas através de repetições, a exemplo de andar e falar. Em contrapartida, a memória calcada na recordação, na experiência vivida está relacionada ao tempo. Dessa forma, a relação tempo e memória, *a priori*, estaria associada apenas ao tempo passado. Afinal, se recordamos algo, esse acontecimento está ancorado no que foi vivenciado em um período de tempo já transcorrido. Todavia, em que época está o sujeito que lembra? No presente. E mais: é através da narração do

passado no presente que a lembrança é evocada e perpetua-se para o futuro. Portanto, lidar com a dimensão da memória é lidar diretamente com temporalidades múltiplas que se interrelacionam.

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se inter cruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e ficção; revelação e ocultação. (NEVES, 1998, p 218).

O tempo por excelência da memória pode, aparentemente, ser o passado, mas esta, enquanto processo cognitivo, permeia o presente – momento em que a lembrança ganha vida através do relato – e adentra ao futuro, quando é compartilhada entre aquele que narra e aquele que, após ouvi-la, a propaga.

Outro ponto importante diz respeito à relação entre a memória individual e a memória coletiva. Por mais que as recordações de um indivíduo estejam calcadas nas suas mais íntimas lembranças, não nos esqueçamos que o sujeito encontra-se inserido num contexto social. As relações com os demais, ou seja, a coletividade legitima o que foi lembrado, afinal, os humanos são seres que interagem com o mundo e com o outro, elementos nos quais estão ancoradas as nossas lembranças.

Foi refletindo acerca da dialética entre indivíduo e sociedade que o estudioso francês Maurice Halbwachs propôs a chamada teoria social da memória a partir do conceito de memória coletiva. Dessa forma,

Maurice Halbwachs evoca o depoimento da testemunha, que só tem sentido em relação a um grupo do qual esta faz parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora em comum e, através desse evento, depende do contexto de referência no qual atualmente transitam o grupo e o indivíduo que o atesta. Quer dizer, o ‘eu’ e sua duração se localizam no ponto de encontro de duas séries diferentes e às vezes divergentes: a que se liga aos aspectos vivos e materiais da lembrança, a que reconstrói o que é apenas passado (DUVIGNAUD, 2006, p 16).

Memória e sociedade, portanto, estariam intrinsecamente ligadas à noção de que as lembranças do nosso passado são evocadas com mais facilidade quando nos encontramos em um grupo no qual seja possível compartilhá-las e legitimá-las, formulando e reforçando as relações de identidade e pertencimento. Nesse aspecto, a memória nasce no plano individual, mas só legitima no plano social. A lembrança pessoal insere-se num contexto maior, sincronicamente relacionada não apenas à nossa vivência, mas sim às experiências de muitos outros.

A noção de memória perpassa, indubitavelmente, a noção de formação de identidades sociais e pertencimento. Por essa razão, Le Goff (1994) elucida que memória não é simplesmente um registro, mas também é elaboração, é um processo que concorre para a seletividade de reconstituição do ocorrido.

A memória, justamente por apresentar o seu caráter social, conforme reitera Halbwachs (2006), se constitui em um plano de disputa em que interagem aqueles a quem é dada a oportunidade de exteriorizar as suas lembranças e aqueles a quem esse direito é negado. Por essa razão, afirma-se que a memória está relacionada a uma instância de poder.

Há interesses que perpassam os fatos lembrados ou esquecidos para um grupo social específico. Os “esquecimentos” ou “silêncios” da memória em detrimento da propagação de outras versões do acontecimento compõem um processo de manipulação que, muitas vezes, se processa de forma indireta.

Partindo desse pressuposto é possível levantar as seguintes indagações: existe um *status* de legitimação que é conferido à memória através da história? Seria a história a expressão maior da memória coletiva? Que relações existem entre a história e a memória?

No sentido de respondermos a essas indagações, seguindo o raciocínio proposto por Le Goff (1994), tomemos por base o estabelecimento do sentido da palavra memória a partir da experiência dos gregos. Tal como em outras civilizações antigas, na Grécia houve um processo de divinização da memória, ou seja, da memória que se passava de geração em geração, ensinando e compartilhando os mitos e os feitos dos deuses e heróis da mitologia. A memória era representada pela figura de Mnemosine, mãe de todas as outras musas, incluindo Clio, a musa da história. Os poetas e os aedos

invocavam Mnemosine durante as suas apresentações com a finalidade de lembrar os grandes feitos dos heróis épicos, a fim de cantá-los e propagá-los para a posteridade.

Assim, o ato de lembrar constituía o ponto em comum entre a história e a memória para os gregos, mas, no fundo, o que as diferenciaria? A memória seria o limiar de oposição entre o passado épico (mítico) e o passado histórico (humano). Nutrindo-se de imortalidade, à memória caberia repassar os feitos mitológicos, ao contrário da história, preocupada em registrar o tempo e o passado humano. Nesse sentido, a relação de disparidade entre história e memória seria, a tal ponto perceptível, que leva o historiador francês Pierre Nora a afirmar que: “No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir.” (NORA, 1993. p.09).

Apesar das diferenças, história e memória possuem dois pontos em comum: o de serem antídotos contra o esquecimento e o de serem duas formas diferentes de representar o passado visto que, apesar de suas diferenças, não se anulam, mas sim se retroalimentam. O historiador se fixa nos “rastros” da memória revelados através de diferentes suportes ou fontes – oralidade, documentos escritos, monumentos, escrita epistolar, crônicas entre outros – a fim de realizar suas pesquisas e garantir a elas um aspecto de completude. Por sua vez, a memória é resignificada pelo homem do tempo histórico através desses mesmos suportes que legitimam o lembrado.

As fontes são indispensáveis para a elaboração do trabalho do historiador, no entanto, apesar de sua importância para a pesquisa histórica, elas não devem ser consideradas como o ponto de partida desse processo de investigação. A escolha de uma temática de estudo prescinde a escolha das fontes. O termo por si só é capaz de suscitar a ideia de que a pesquisa histórica surge a partir delas, quando assim não deve ser. A escolha das fontes é uma das etapas do fazer historiográfico: o problema de pesquisa condiciona as fontes, não o contrário. Dessa forma, a ampliação do sentido daquilo que se considera fonte é um dos inegáveis avanços da ciência histórica

A tradicional “fonte de arquivo”, que foi a peça essencial da documentação histórica na tradição positivista, e que veio ocupar o lugar da história que se compunha sempre a partir dos relatos históricos anteriores é hoje um tipo a mais, e não necessariamente o mais importante, entre os meios de informação histórica. (ARÓSTEGUI, 2006, p.488).

As modificações em relação à escrita da história não ficaram restritas à discussão sobre o uso de novas fontes, mas também devido ao surgimento de novas perspectivas e interpretações a respeito da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, em contraposição a uma concepção de história em que os vencidos eram silenciados pela minoria dominante, em que apenas a memória dos “grandes vultos” ou “grandes nomes” era digna de registro válido e em que o *status* de documento não se estendia para além dos escritos oficiais, se opõe à história social.

O termo história social, conforme explicita Hobsbawn (2005), pode parecer redundante visto que, que história não é social? Todavia, quando a expressão “social” é utilizada por historiadores, nesse caso específico, refere-se a uma concepção de história que se opõe aos paradigmas metódicos. Todavia essa expressão - história social - não chega a ser alvo de consenso entre os historiadores, a ponto de Hobsbawn (2005) apontar pelo menos três significados possíveis para o termo.

O primeiro preconiza que à história social caberia estudar os movimentos sociais do trabalho e as organizações socialistas. A segunda acepção é a de que a história social faz referência aos usos, costumes, vida cotidiana e diversidade das atividades humanas, o que a resume como uma espécie de “história com a política deixada de fora”. Por fim, propõe que o termo história social faça referência eminente à história econômica, visto ser a economia um dos mais importantes fenômenos sociais, daí chamarem-na de história social e econômica.

Segundo o autor, todas e nenhuma, ao mesmo tempo, seriam definições corretas para o termo história social. Na verdade, os primeiros historiadores sociais estudavam temas residuais oriundos de outras ciências, a exemplo da economia e da sociologia. Após isso, só foi possível construir uma espécie de “estatuto” para a história social porque ocorreram mudanças técnicas e institucionais no interior das disciplinas acadêmicas. A postura isolacionista de alguns historiadores e também de estudiosos de outras áreas das ciências humanas perdurou anos a fio, mas acabou por se render à constatação de que não se pode estudar qualquer aspecto do social, em qualquer ciência, sem dar o devido crédito à história das sociedades.

Os estudos que se pautam pela história social sofreram importantes modificações e produziram significativas contribuições para outras áreas do conhecimento, tais como

a antropologia. É justamente a partir dessas novas abordagens que surge, nos anos 60 do século XX, a chamada história vista de baixo (*history from below*), tipo de interpretação que adquire institucionalização e expressividade teórica através das obras do historiador inglês Edward Palmer Thompson. Dentre o conjunto de obras escritas por Thompson, destaca-se “A formação da classe operária”. No prefácio desta obra o autor deixa claro aquilo que, a partir de então, passou a se constituir como o principal objeto de sua produção historiográfica:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1987, p.13).

Apesar de suas interessantes inovações, o pressuposto teórico da história vista de baixo apresenta algumas dificuldades, conforme alerta Sharpe (1992). Uma delas diz respeito à categorização daqueles que lhe qualificam: quem são “os de baixo”? Esta é uma indagação importante visto que “os de baixo” não devem ser meramente interpretados como grupo social residual, mas sim uma categoria de estudo cuja abrangência é tão ampla quanto os grupos sociais considerados “invisíveis” para a historiografia durante muito tempo: negros, apátridas, mulheres, operários, escravos, homossexuais, crianças, refugiados e combatentes de guerras, imigrantes, idosos dentre outros.

Longe de ser interpretada como uma “verdadeira redenção” quando comparada à história tradicional, nada terá sido realizado efetivamente se aqueles que coadunam com a “história vista de baixo” descontextualizarem as suas pesquisas. Aqueles que produzem (academicamente ou não) uma história vista de baixo não devem se propor a transformá-la numa espécie de “história residual”, longe de assentar suas pesquisas de forma cronológica e metodológica, pelo contrário. Além disso, não se deve esquecer a necessidade de se questionar e contextualizar as fontes de pesquisa que devem ser “(...) exaustivamente interrogadas pelos historiadores, não somente em busca de nova

evidência, mas em um diálogo em que eles propõem novas perguntas”. (THOMPSON apud SHARPE, 1992, p.48).

Conclui-se, portanto, que o aparecimento da história vista de baixo não pressupõe apenas os estudo a respeito de temas de pesquisa inéditos ou pouco usuais, mas também a necessidade de se investigar antigos temas a partir de novas fontes.

Tal postura implicou profundas reavaliações metodológicas. Que fontes utilizar para dar voz às pessoas comuns? A prática e o debate metodológico em relação ao uso da técnica de história oral neste campo têm sido intensos nos últimos vinte anos (CASTRO, 1997, p.51).

É indiscutível apontar, por conseguinte, a contribuição da história oral para as pesquisas que tomam por base a história vista de baixo. No entanto, apesar de sua contribuição direta, as fontes orais apresentam uma série de peculiaridades quanto ao seu uso. Sharpe (1992) chama a atenção para o fato de que os depoimentos são empregados, sobretudo, nas pesquisas históricas que tratam acerca de temporalidades recentes. O historiador cujo recorte temporal esteja mais recuado encontra-se impedido de fazer uso deste tipo de fonte devido a uma lei natural inexorável: seus possíveis depoentes estarão todos mortos! Há de se recorrer a outros tipos de documentação, o que sem dúvida, dificulta sua investigação, dependendo do tema a ser abordado.

Segundo Alberti (2010), a história oral é uma metodologia praticamente nova em meio aos cânones da ciência histórica. Certo é que o uso de entrevistas é prática comum em outras áreas do conhecimento, a exemplo da sociologia, antropologia e jornalismo, mas para a história essa técnica começou a ser empregada com maior constância a partir do início da década de 1950, nos Estados Unidos, ganhando projeção intelectual posterior a esse período, principalmente nos países europeus e de cultura anglo-saxã. Sua disseminação no meio acadêmico brasileiro se processou durante os anos 1970 e a sua institucionalização propriamente dita se consolidou recentemente, no decorrer da década de 1990. Por essa razão, várias ainda são as críticas manifestadas em relação ao uso dessa metodologia.

Outra preocupação que diz respeito à história oral é o fato de que as fontes em si – os relatos – não devem ser vistos como fim, mas sim como o meio para que se possa chegar a certas conclusões em uma pesquisa que prescindia deste tipo de análise. Os

resultados de uma pesquisa serão vazios caso se restrinjam à mera publicação das entrevistas realizadas pelo historiador. Como qualquer outro documento o relato oral precisa ser problematizado, contextualizado e criticado para que um trabalho de pesquisa histórica seja considerado válido.

Assim como as outras fontes históricas, a fonte oral é passível de questionamentos quanto a sua validade, pois, considera-se que ela ‘não dá conta’ definitiva e completamente do que aconteceu no passado, necessitando de interpretação e análise. (...) a grande crítica que é dirigida à História Oral reside no fato da entrevista/depoimento ser uma fonte intencionalmente produzida pelo pesquisador no presente e não no momento em que aconteceu o evento estudado, além de trabalhar com a ‘variante’ da memória. (FARIAS; ROLIM, 2010, s. p.).

Nesse aspecto, como resposta aos que desconsideram o uso da fonte oral nas pesquisas da área de história alegando a “intencionalidade do historiador” no momento em que está realizando sua pesquisa, acreditamos ser válida a indagação: mas que documento é isento de subjetividade na sua escolha ou produção?

O documento não é inócuo. È, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver (...). O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz (...). O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...). É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1994, p.548).

Não se trata aqui de justificar que tipos de fonte são melhores ou piores para a composição da pesquisa histórica, mas sim de não hierarquizá-las no sentido de rechaçar as fontes orais para “segundo plano”, ou conceber que as pesquisas históricas que tomem por base as mesmas prescindam, obrigatoriamente, do cruzamento delas com outros tipos de fonte.

Assim, da mesma forma que uma pesquisa pode fazer uso apenas de documentos escritos (ditos) oficiais que são inter cruzados entre si, por que uma pesquisa que toma por base os relatos orais não pode fazer o mesmo? São indagações oportunas que precisam ser respondidas a fim de que os trabalhos que utilizam os pressupostos da memória e da história oral não sejam classificados como inferiores em detrimento de outros.

No que tange a relação entre história oral e história vista de baixo, é inegável que a primeira trouxe a segunda contribuições relativas ao seu campo de pesquisa. Todavia, segundo Alberti (2010), o historiador não deve, ao realizar sua pesquisa, estar imbuído de uma “áurea de redenção”, afirmando que a mesma será responsável por “dar voz” aos excluídos do passado. Há nessa expressão um imenso preconceito embutido. É como se esses grupos sociais minoritários não pudessem se expressar por si só ou que sempre tivessem a necessidade de que alguém, dito superior, se expresse por eles ou ainda que os defendam, inclusive em matéria de registro de suas memórias.

De acordo com Alberti (2010), os estudos históricos que tratam acerca da relação entre memória, história oral e história vista de baixo vêm ganhando destaque no campo historiográfico, suscitando assim a emergência de trabalhos acadêmicos que buscam legitimar a construção ou fortalecimento da identidade de grupos sociais até então pouco estudados pela história. Os depoimentos desses sujeitos se constituem em matéria primordial para a elaboração de sua história através do registro da memória. Nesse sentido, a entrevista se posiciona como fonte esclarecedora para muitas pesquisas.

Assim, pode-se concluir que se unindo as perspectivas da memória, história oral e história vista de baixo, as possibilidades de interpretação do historiador passaram a ser ampliadas a partir das novas escolhas relacionadas às fontes e também às novas abordagens teórico-metodológicas que dizem respeito às pesquisas que englobam as temáticas da história e da memória, contribuindo diretamente para acrescentar novas informações e interpretações relativas ao fazer historiográfico.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

AROSTÉGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore; Revisão Técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006.

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**. Oeuvres. Paris: PUF, 1959.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. IN: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2.ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

FARIAS, Ana Elizabete de; ROLIM, Eliana de Souza. História oral e cidade: relação entre história, memória e construção de identidades. In: XIV Encontro Regional de História da ANPUH -História, Memória e Comemorações, 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2010, s.p.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Pereira Borges. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

NEVES, Lucila de Almeida. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. In: Xth International Oral History Conference. Proceeding . vol. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, FIOCRUZ, 1998, s.p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993. n.10.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.